



KIVUS, CONGO: GEOGRAFIA E MULTIESCALARIDADE

Víctor Daltoé dos Anjos¹

RESUMO

O grupo rebelde M23 (Movimento 23 de Março) avança sobre as províncias dos Kivus, no leste da República Democrática do Congo (Congo-RDC), com patrocínio de Ruanda, e o objetivo da presente pesquisa é compreender o quanto a amplitude dessa expansão difere das outras rebeliões que ocorreram no leste congolês no século XXI. Afinal, o Congo-RDC e os Grandes Lagos Africanos estão atravessadas por conflitos há três décadas, como herança do genocídio de Ruanda (1994) e das Guerras do Congo (1996-2003), mesclando colapso do Estado, rivalidades étnicas fomentadas por atores políticos e intervenções estrangeiras. Uma análise multiescalar da situação de fronteira dos Kivus permite compreender sua tensão crônica.

Palavras-chave: Kivus; Congo-RDC; nacionalismo.

ABSTRACT

The rebel group M23 (March 23 Movement) is advancing into the Kivu provinces in the eastern Democratic Republic of the Congo (Congo-DRC), sponsored by Rwanda. The objective of this research is to understand how the scale of this expansion differs from other rebellions that have occurred in eastern Congo in the 21st century. After all, Congo-DRC and the African Great Lakes region have been crossed by conflict for three decades, a legacy of the Rwandan genocide (1994) and the Congo Wars (1996-2003), combining state collapse, ethnic rivalries fueled by political actors, and foreign intervention. A multi-scalar analysis of the Kivu border situation allows us to understand its chronic tension.

Keywords: Kivus; Congo-RDC; nationalism.

INTRODUÇÃO

As Guerras do Congo (1996-2003) representam o conflito mais letal desde a Segunda Guerra Mundial, e a República Democrática do Congo (Congo-RDC) convive desde então com a violência crônica no leste do país, assombrado por insurgências periódicas de grupos armados. No início de 2025, as cidades de Goma e Bukavu, capitais das províncias dos Kivus Norte e Sul, respectivamente, foram conquistadas pelos rebeldes do M23 (Movimento 23 de Março), que conta com o apoio militar de Ruanda.

¹ Doutorando em Geografia Humana (USP), geógrafo e mestre em Ciência Política (UFSC), vicdaltoe@gmail.com.



O objetivo da presente pesquisa é ampliar a literatura em língua portuguesa sobre os conflitos no Congo-RDC, presente em Silva (2012), para compreender a nova rebelião do M23, que dura desde novembro de 2021 e alcançou uma envergadura territorial maior que a primeira revolta do grupo (2012-2013). Com o auxílio de tropas, armas e inteligência de Ruanda, o grupo rompeu o ferrolho que restringia sua influência aos territórios de Rutshuru e Masisi, no Kivu Norte, onde predominam os ruandófonos e estão presentes vastos recursos minerais.

Para encontrar pistas sobre a expansão do M23, a presente pesquisa se nutre das contribuições da revista *Hérodote*, por meio de Lacoste (1984), Foucher ([1988] 1991) e Pourtier (1992; 1997; 2003), que aplicam uma abordagem multiescalar e orientada pela dimensão espacial da política, interna e externa aos Estados, com o objetivo de observar como os atores agem no território. Concepções que podem relacionar o rastro de violência do leste congolês com as representações excludentes sobre a nação dos dois lados da fronteiras, filtradas pela armadilha étnica. Identidade pelo que separa e não pelo que une.

METODOLOGIA

A proposta de raciocínio geográfico de Yves Lacoste (1984, p. 22-25) orienta a presente pesquisa, com sua abordagem multiescalar com foco nas ações dos atores, principalmente no campo da política, para evitar o economicismo. A proposta da chamada “diátope” é uma espécie de jogo de escalas, como afirma Foucher ([1988] 1991, p. 35), que serve como instrumento para considerar a interação entre o que é interno e externo aos Estados, esferas de naturezas distintas e que se influenciam mutuamente – com destaque para as situações de fronteira, como nos Kivus – e para compreender a relação entre aspectos humanos e físicos no campo da geografia.

A abordagem multiescalar pode se beneficiar do modelo de “coleção de mapas” proposto por Brunet (1987, p. 33-34), no qual as diferentes representações cartográficas podem ser confrontadas entre si e criar uma espécie de “geoscópio”, como instrumento para escrutinar o mundo em várias escalas (micro e macroscópico), de forma direta e expressiva (sinóptico), e para observar um fenômeno de forma integral (panóptico). Esse “atlas” pode comunicar a variedade de fenômenos que vigoram nos Kivus, o que oferece oportunidade para conceber o espaço dessa região como quadro (geografia política), como trunfo - o *enjeu* - (geopolítica) e como teatro (geoestratégia) (Rosière, 2001, p. 36-41).



REFERENCIAL TEÓRICO

Nos Kivus, as representações sobre a nação e a etnia são inseparáveis do cenário de conflito e da forma como os Estados agem no que diz respeito ao território, à população e aos recursos. O território, no sentido real e no figurado, surge quando o espaço é apropriado por meio das relações de poder, como defende Raffestin (1979, p. 129-131), mas Allières (1977, p. 29-37) relaciona a territorialidade à emergência do Estado absolutista, o que historiciza o conceito. Afinal, nos impérios antigos e reinos pré-nacionais, o atributo político do espaço era marginal face aos liames pessoais e eram narrativas cosmográficas que ligavam o líder aos súditos (Badie [1995] 2011, p. 20-30; Claval, 1978, 106-114). Não havia a nação de cidadãos.

Na Europa, as zonas de soberanias questionável, cercadas por *marches*, foram substituídas pela homogeneidade soberana do Estado absolutista, que territorializou o espaço com as fronteiras lineares, capitais permanentes e sua burocracia administrativa. No século XVIII, as Revoluções Americana e Francesa forjaram o modelo do Estado nacional, e da nação como “comunidade imaginada”, que transformou os súditos em cidadãos e tornou o território o *locus* da soberania popular (Hobsbawm, 1990, 108; Anderson ([1983] 2008, p. 31-34); Claval, *idem*, p. 135). As fronteiras lineares se tornaram o invólucro dos integrantes da nação, e foram “exportadas” para o continente africano pelo imperialismo europeu, entre os séculos XIX e XX.

A partilha da África veio acompanhada pela destruição de organizações político-econômicas extensas no continente, pulverizadas por uma territorialização imperial que fragmentou os povos africanos por meio da ferramenta étnica (Amselle, [1985] 2017, p. 43-66; Vidal, [1985] 2017, p. 219-230). Após a descolonização, os Estados pós-coloniais precisavam construir seus próprios mitos nacionais, e o tema das etnias foi incorporado aos discursos oficiais, seja como exaltação, no caso do regime supremacista hutu de Ruanda (1959-1994), seja como negação, no unitarismo do Zaire de Mobutu (1965-1997) (Chrétien, 2000, p. 262-270). Nacionalismo, étnico ou não, ajudou a colocar os Kivus na rota da tragédia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Kivu Norte: o M23 e o *Petit Nord*

O M23 surgiu em 2012 pela reorganização de um grupo rebelde pró-tutsi anterior, o CNDP (Congresso Nacional para a Defesa do Povo), ativo entre 2006 e 2008 com apoio ruandês. (Stearns, 2012, p. 25-31). Ruanda justifica suas ações em nome do combate ao grupo

armado hutu FDLR (Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda), que utiliza como base o leste do Congo-RDC e contém integrantes que participaram do genocídio tutsi de 1994. As FDLR possuem histórico de parceria com as Forças Armadas congoleesas, as FARDC, em nome do combate ao inimigo em comum (primeiro o CNDP, depois o M23), e o exército do país têm aprofundado sua simbiose com outros grupos armados nos Kivus, os chamados *Wazalendo* (“patriotas”) (ONU, 2025a, p. 4; 2025b, p. 20; 2025d, p. 2-5; 20-22) (Mapa 1).

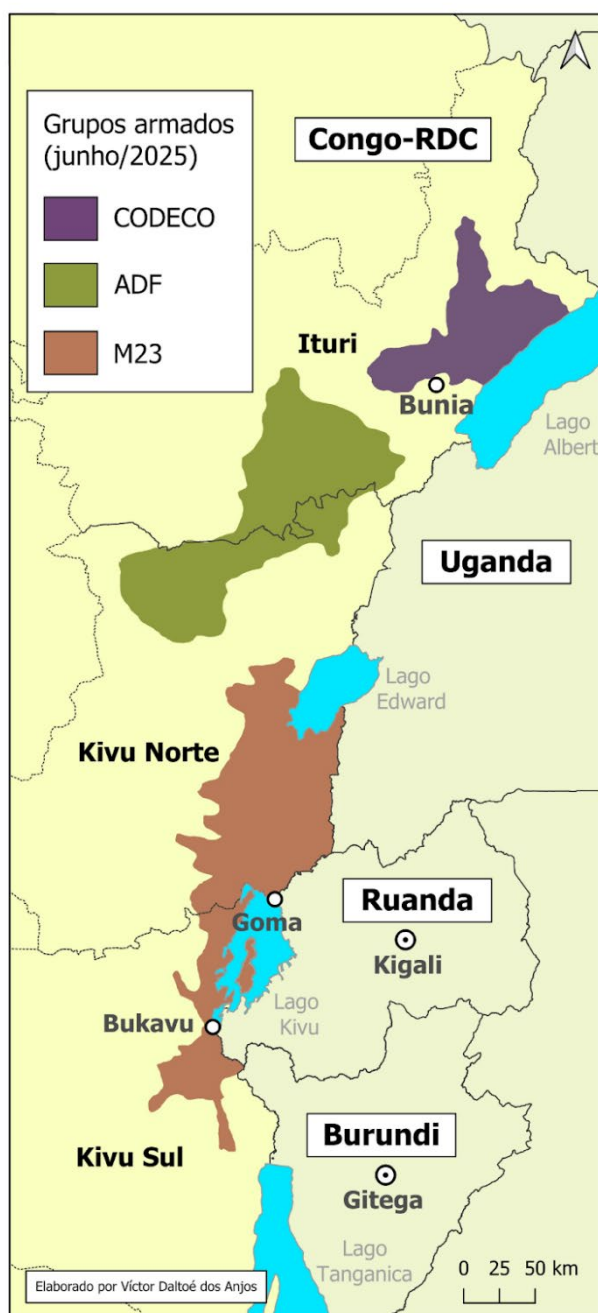


Mapa 1: O Congo-RDC e as províncias dos Kivus.

A província do Kivu Norte se divide em duas principais regiões, uma meridional, o *Petit Nord*, com maior presença de ruandófonos, e outra setentrional, o *Grande Nord*. O M23 se concentra no *Petit Nord* e no Kivu Sul, enquanto, no *Grand Nord* e na província de Ituri, agem outros movimentos armados, como os jihadistas das ADF (Forças Democráticas Aliadas) e a CODECO (Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo), em nome da “autodefesa” da etnia hema (ONU, 2025c, p. 33-41). O cenário conflagrado nos Kivus e em Ituri tornam o Congo-RDC um dos líderes globais em deslocamento forçado (UNHCR, 2025), com 5,7 milhões de deslocados internos em agosto de 2025. Vidas em jogo – e também riquezas naturais.

Um relatório enviado ao Conselho de Segurança da ONU em dezembro de 2024 aponta que o M23 havia conquistado, no mês de abril, a cidade de Rubaya, onde se localizam a maior

exploração de coltan (columbita-tantalita) do mundo, e que 150 toneladas do produto – essencial para a economia *high tech* – foram exportadas para Ruanda no período (2024, p. 12-15). O relatório aponta que o M23 contava com apoio sistemático das Forças de Defesa de Ruanda (FDR), com algo entre 3 mil a 4 mil soldados ruandeses no Kivu Norte, justamente no período prévio à invasão das cidades de Goma e Bukavu, no início de 2025 (Mapa 2).



Mapa 2: Grupos armados no leste congolês (ONU, 2025b, p. 20; IPIS, 2025).

A imagem de um Congo-RDC fragilizado e de uma Ruanda potente, que interfere no vizinho muito mais extenso e populoso, deve ser matizada ao recordar as fissuras dentro do



partido-Estado sediado em Kigali. Ruanda é comandada pela Frente Patriótica de Ruanda (FPR) de Paul Kagame, mas dissidências no alto-escalão das Forças Armadas, e no interior dos grupos armados pró-tutsi patrocinados pelo país no Congo-RDC, são temidas pelo regime (Stearns, idem, p. 32-38). O controle estrito sobre o M23, por exemplo, permite que Kagame impeça a deriva dos paramilitares que atuam no Congo-RDC para a órbita de opositores. Sultani Makenga, líder do M23, é um tutsi congolês e fiel aliado de Kagame desde os anos 1990.

O uso do nacionalismo étnico pelos grupos armados e pelos Estados dos Grandes Lagos Africanos, como a defesa dos tutsis pela Ruanda pós-1994 e o ódio antitutsi no Congo-RDC, obriga a recordar a crítica do “determinismo” étnico, como faz Amselle ([1987] 2017, p. 43), ao defender que “[a]s etnias procedem apenas da ação do colonizador que, em sua vontade de territorializar o continente africano, recortou identidades étnicas que acabaram sendo apropriadas pelas populações”. A identidade dos indivíduos foi reorientada no sentido de pertencimentos de natureza biológica e cultural, no melhor estilo *divide et impera*, retomado após a descolonização. Quais as consequências do nacionalismo étnico nos Kivus?

O Kivu: de Leopoldo II às Guerras do Congo

No século XVIII, a margem ocidental do lago Kivu era formada por uma série de principados que giravam na órbita dos reinos em expansão de Ruanda e (B)Urundi (Chrétien, idem, p. 120-140). O lago não era conhecido pelos exploradores europeus quando foi incorporado ao Estado Livre do Congo (1885-1908), domínio pessoal de Leopoldo II, da Bélgica, e futuro Congo Belga (1908-1960). Em meio às disputas coloniais, a margem oeste do lago ficou sob controle de Bruxelas, e a face leste sob domínio de Ruanda, colônia alemã até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando foi incorporada aos territórios belgas na África (Lederer, [1993] 2009, p. 1-6). De *marche* de reinos, o Kivu foi territorializado, como fronteira.

A cristalização de identidades étnicas em Ruanda e (B)Urundi resvalou no Kivu durante o período colonial, com o incentivo belga à instalação de *banyarwandas* (ruandófonos), e após a descolonização, com ondas sucessivas de refugiados tutsis que fugiam do regime supremacista hutu ruandês pós-1959 (Reyntjens, 2009, p. 10-22). Na Crise do Congo (1960-1965), o norte do Kivu se tornou campo de batalha entre milícias “nativas” das etnias hunde e nande contra os ruandófonos “estrangeiros” (Stearns, 2018, p. P. 18-22). O regime de Joseph-Desiré Mobutu (1965-1997) - *alias* Mobutu Sese Seko - sufocou o conflito, mas ficou a cicatriz de rivalidade intercomunitária, nativista e xenófoba.

O Congo-RDC se tornou o *Zaire* de Mobutu, cuja nacionalização da economia prejudicou as redes de comércio locais e regionais e diminuiu a capacidade de ação do Estado no território, ainda mais no longínquo Kivu (Pourtier, 1992, p. 280-286). A província se tornou refém do zigue-zague nas posições do mobutismo sobre a cidadania dos ruandófonos, afinal, a carta étnica estava sempre na manga do líder, mesmo com o disfarce de um nacionalismo unitário - unidade apenas virtual, apesar do símbolo oriundo da bacia hidrográfica congoleza (Mapa 3). Em contraste, a narrativa nacional de Ruanda tinha como ideia central o *hutu power*.



Mapa 3: A bacia do rio Congo no Congo-RDC e a ilusão da unidade nacional.

O genocídio de Ruanda (1994), a tomada do poder pela FPR, de maioria tutsi, e a chegada de *génocidaires* aos Kivus junto ao fluxo de refugiados hutus, exportou a guerra civil ruandesa para o leste congolês (Reyntjens, idem, p. 1-9). As tensões levaram à Primeira Guerra do Congo (1996-1997), quando o eixo Ruanda-Uganda-Burundi derrubou Mobutu e instituiu Laurent Kabila no poder, mas a aliança logo se rompeu. Na Segunda Guerra do Congo (1998-2003), Uganda e Ruanda invadiram o enorme país vizinho, cujo governo sobreviveu com o apoio de Angola e Zimbábue, mesmo com o assassinato de Kabila, em 2001, e sua substituição pelo filho, Joseph. O Kivu, dividido em “Kivus” em 1989, se tornou palco de guerra (Mapa 4).

Todos os beligerantes envolveram graves violações aos direitos humanos no Congo-RDC, e se lançaram ao saque das riquezas naturais congolezas, como Ruanda e Uganda, que romperam ao disputar espólio, em 1999 (ONU, 2010). Os dois Estados ocupantes lançaram

suas *elite networks* sobre os recursos do país invadido segundo relatório do Painel de Especialistas da ONU sobre o Congo-RDC, que apontava a presença de forças de Ruanda no eixo Goma-Masisi-Walikale, no Kivu Norte, para dominar locais de mineração, com uso de trabalho forçado de moradores hutus (ONU, 2002, p. 18). Kigali e Kampala retiraram suas forças apenas em 2003, após os Acordos de Pretória (2002), o fim formal da guerra.



Mapa 4: A divisão da antiga província do Kivu, em 1989.

A legitimidade do Estado congolês continuou corroída, tendência que vinha desde Mobutu. Na Crise do Congo (1960-1965), o Kivu foi um dos bastiões na luta contra a instalação do regime neocolonial constituído pelo mobutismo. No Zaire (1971-1997), as forças de segurança do país se tornaram o instrumento de Mobutu para a repressão aos civis – e ameaças externas ficaram a cargo de tropas estrangeiras. Mesmo com a queda do ditador, as FARDC continuaram se comportando como forças de ocupação, violentas e corruptas contra os civis, mas fracas para enfrentar ameaças à segurança nacional, além de se alinhar com grupos armados que ocupam o vácuo deixado pelo Estado (Stearns, idem, p. 25-38).



Os Kivus no século XXI: guerra sem fim

Os Kivus foram varridos pelas Guerras do Congo. Sítios de mineração, campos de treinamento e capitais eram os pontos de ancoragem de forças ocupantes. Invasores enraizaram seu domínio por meio de áreas patrulhadas face às forças inimigas e estabeleceram redes para escoar a pilhagem neocolonial, acoplando a dinâmica dos Kivus às ordens de Kigali e Kampala. Contudo, era um controle baseado no poder puro, na violência, e menos na autoridade, que necessita de um mínimo de legitimidade, como afirma Claval (idem, p. 23-32). Talvez a dificuldade de domínio Kivus por forças oficiais e não-oficiais até hoje seja o seguinte: sem legitimidade, só com a coerção, o domínio é caro e instável.

A incorporação dos antigos grupos rebeldes às FARDC se tornou um dos pilares da transição do Congo-RDC para o fim da guerra, mas não resolveu a instabilidade no leste do país. Em 2004, militares liderados pelo tutsi congolês Laurent Nkunda se rebelaram, tomaram Bukavu e suas tropas cometeram crimes de guerra, como execução sumária de civis e violência sexual, assim como as FARDC (Human Rights Watch, 2005). Em 2006, Nkunda e outro general dissidente e tutsi, Bosco Ntaganda, formaram o CNDP (Congresso Nacional para a Defesa do Povo), novo grupo rebelde *proxy* de Ruanda entre 2006 e 2008.

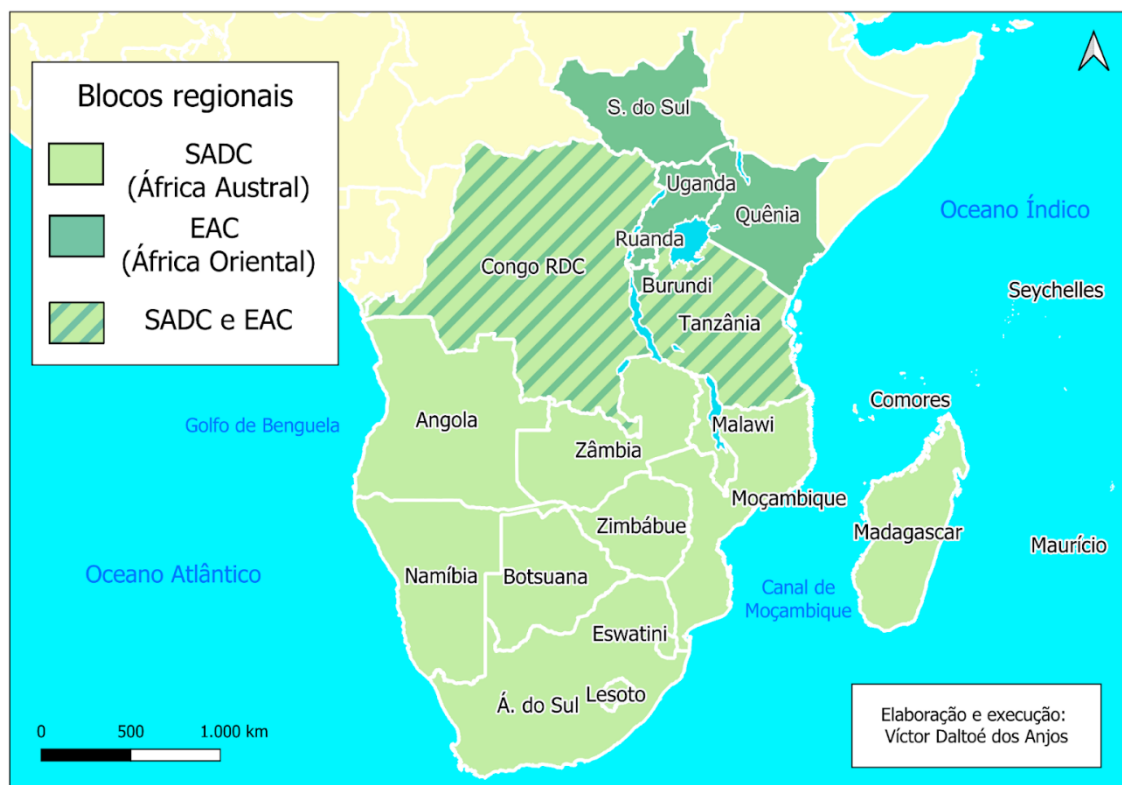
Reintegrado às FARDC, o CNDP manteve ex-líderes rebeldes em postos-chave nos Kivus, onde mantiveram suas redes de influência e captação de recursos minerais, com a criação de administrações e polícias paralelas - incrustados no Estado congolês, subvertido por dentro. No mesmo ano, os hutus da FDLR continuavam sendo o principal grupo armado no leste congolês, segundo a ONU (2011, p. 1-3; 31-39), o que serviu de subterfúgio para uma nova rebelião pró-tutsi apoiada por Ruanda, a primeira do M23 (2012-2013), a partir de antigas unidades do CNDP dormentes sob o véu das FARDC.

O cenário de violência crônica nos Kivus se degradou nos últimos anos do longo governo de Joseph Kabila (2001-2019), com uma nova rebelião do grupo armado CODECO em Ituri, a partir de 2017. A situação piorou pouco antes de Félix Tshisekedi (2020-hoje) subir ao poder, com uma insurgência dos jihadistas da ADF a partir de novembro de 2019, que passaram a agir também no *Grand Nord* do Kivu Norte (ONU, 2019, P. 6-11). Em maio de 2021, Tshisekedi decretou um estado de sítio nas duas províncias, o que atizou a insatisfação das dezenas de grupos armados em dormência. Ruanda também resolveu agir.

A nova rebelião do M23 iniciou em novembro de 2021, justamente quando teve início Operação *Shujaa*, uma parceria em que o Congo-RDC permitiu a ação de tropas de Uganda no território congolês para combater o jihadismo das ADF. Deste modo, o apoio da Ruanda de

Paul Kagame, no poder desde 1994, ao M23 pode ser visto como uma tentativa de contrabalançar a Uganda de Yoweri Museveni, presidente desde 1986, por meio de suas respectivas esferas de influência no Congo-RDC. Com as FARDC focadas no combate ao M23, a ADF manteve seus atos de violência apesar da Operação *Shujaa*, e causou 224 mortes no *Grand Nord* apenas no final de dezembro de 2024 (ONU, 2025a, p. 5).

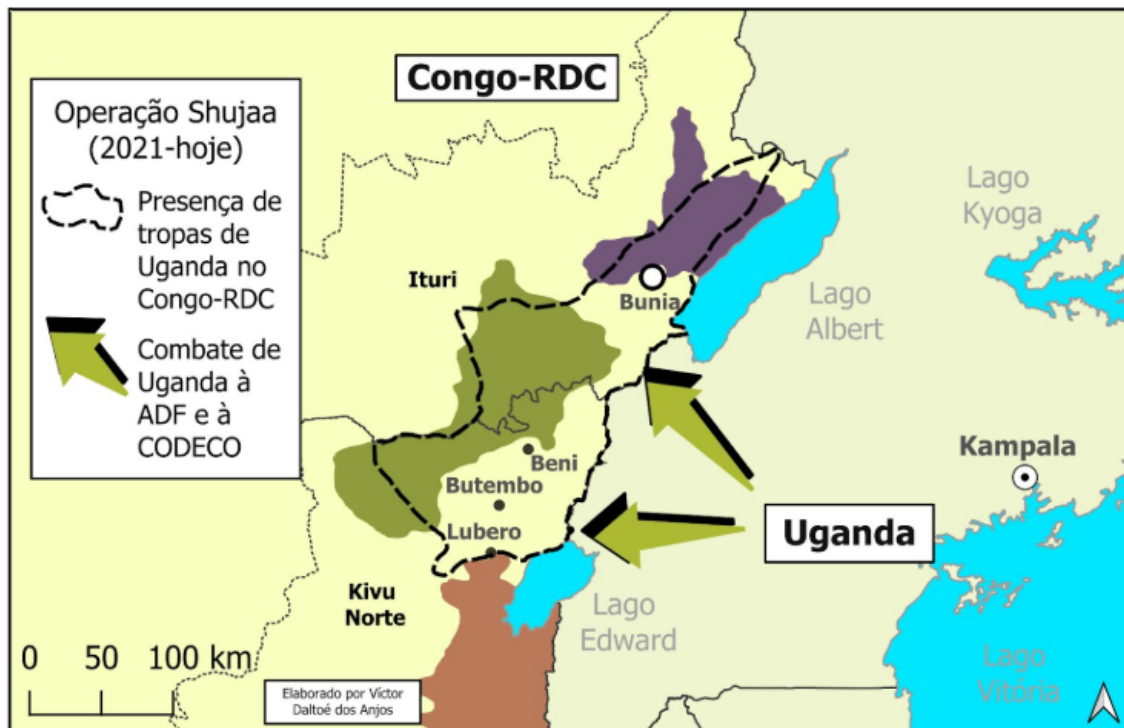
Na primeira rebelião do M23, o Congo-RDC teve apoio da missão de paz da ONU, a MONUSCO, e de forças da SADC, o bloco da África Austral, mas o país resolveu diversificar parcerias para combater o grupo após 2021, e apelou para uma missão de paz da EAC (Comunidade da África Oriental) (International Crisis Group, 2022). Porém, a presença de Ruanda no mesmo bloco azedou a operação, cancelada pelo próprio Congo-RDC em 2023, que apelou para uma nova missão da SADC. O presidente Tshisekedi se muniu do discurso nacionalista contra a MONUSCO na campanha eleitoral de 2023, responsabilizando-a pelo cenário de violência no país, mas logo teve que aceitar a necessidade da missão de paz da ONU. Vaivém de parcerias que dificultou ainda mais o combate ao M23 (Mapa 5).



Mapa 5: Os blocos geopolíticos da África Austral e Oriental.

As duas rebeliões do M23 (2012-2013; 2021-hoje) diferem quanto à amplitude dos atores internacionais em jogo, mas também pelo cenário na província de Ituri, estável entre 2007 e 2017 (Vircoulon, 2021, p. 5-6). Uma nova onda de violência em Ituri e no *Grand Nord*, pelas

ações das ADF (aliada do Estado Islâmico), tem soldado um arco de crise no leste congolês que não era visto desde as Guerras do Congo. Uganda, por sua vez, ampliou a envergadura da Operação *Shujaa* e criou uma zona-tampão entre as FARDC e o M23 que acaba por proteger os rebeldes de ataques, com os quais o governo ugandês quer ter sempre uma porta aberta (The Economist, 2025) (Mapa 6).



Mapa 6: Uganda e o leste congolês (ONU, 2025b, p. 20; Ford, 2025).

A rebelião do M23 também tem participação ativa de atores políticos congolese que usam o conflito para catapultar suas figuras em escala nacional. Um exemplo é Corneille Nangaa, ex-diretor do órgão eleitoral máximo do país que rompeu com o presidente Félix Tshisekedi e se tornou chefe do braço político do M23, a Aliança Rio Congo (*Alliance Fleuve Congo - AFC*) – de novo o símbolo fluvial da “unidade”. Outro exemplo é o ex-presidente Joseph Kabila, que retornou ao país via Goma, cidade ocupada pelo M23 desde janeiro de 2025 (Châtelot, 2025). É o uso de rebeliões armadas como tática política que se enraíza no Congo-RDC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ruanda e Congo-RDC, apesar das diferenças, convergem no uso simultâneo do sentimento étnico e do nacionalismo em cenário de conflito. Deste modo, os Estados pós-coloniais alimentam, em pleno século XXI, as identidades étnicas construídas pelo



imperialismo europeu no século XIX, num processo de etnização que nega a política ao se combinar com a violência. No leste congolês, se embaralham as distinções entre política interna e externa, dimensões de natureza diversa, como afirma Aron [1962] 2018, p. 4-21).

No campo do imaginário nacional-étnico, os Kivus se tornaram uma espécie de fronteira entre grupos étnicos que se chocam, com os “bantos” de um lado – que seriam os hutus e as etnias “nativas” do Congo-RDC – e os “nilóticos” de outro – ou seja, os tutsis. Logo, as imagens racializadas replicadas pelos atores políticos dos Grandes Lagos africanos permitem recordar o quanto as fronteiras são linhas de descontinuidade geopolítica que marcam o real, como o simbólico e o imaginário (Foucher (idem, p. 38). Uma geografia em que o real está estilhaçado pela proliferação do ódio étnico nos símbolos e nas imagens.

O conflito nos Kivus se desenrola há décadas, mas também se alinha ao acirramento de violência e da agressão na escala internacional e na África em particular, com as guerras civis na Etiópia (2020-2022), no Sudão (2023-hoje), e a ofensiva jihadista nos países do Sahel, marcados por golpes militares sucessivos em nome da segurança nacional. A resolução de conflitos se torna mais difícil em meio à crise global do multilateralismo, evidente com as guerras na Ucrânia e em Gaza, e pela degradação dos regimes democráticos na rota que leva à proliferação de autocratas.

REFERÊNCIAS

UNHCR (Office of the United Nations High Commissioner for Refugees). Operational Data Portal (Democratic Republic of Congo), September, 2025. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/country/cod>

ALLIÈS, P. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sergio Bath. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes/Editora da Universidade de Brasília, [1962] 2018, 952 p.

AMSELLE, J-L. **Etnias e espaços: por uma antropologia topológica**. In: AMSELLE, J. L. & M'BOKOLO, E. (Orgs.). **No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Rio de Janeiro: Vozes, [1985] 2017, p. 29-74.

BADIE, B. **La fin des territoires: Essai sur le désordre international et sur l'unité sociale du respect**. - Paris: Fayard, [1995] 2011, 280 p.

BRUNET, R. **La carte: mode d'emploi**. Paris: Fayard/RECLUS, 1987, 270 p.

CHÂTELOT, C. Crise dans l'est de la RDC : Joseph Kabila, annoncé à Goma, dénonce la « dictature » de Félix Tshisekedi. Le Monde, 26 de maio de 2025. Disponível em:



https://www.lemonde.fr/afrique/article/2025/05/26/crise-dans-l-est-de-la-rdc-joseph-kabila-annonce-a-goma-denonce-la-dictature-de-felix-tshisekedi_6608631_3212.html . Acesso em 20/10/2025.

CHRÉTIEN, J-P. **L'Afrique des Grands Lacs**. – Paris: Flammarion, 2000, 415 p.

CLAVAL, P. **Espace et pouvoir**. - Paris: Presse Universitaire de France, 1978, 260 p.

FORD, Y. Uganda. In: CRITICAL THREATS. Africa file. Disponível em: <https://www.criticalthreats.org/analysis/first-trump-africa-summit-drc-tensions-shabaab-momentum-uganda-shujaa-south-sudan-africa-file-july-10-2025> . Acesso em 20/10/2025.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, [1988] 1991, 692 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. Democratic Republic of Congo - Events of 2004, 2005. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2005/country-chapters/democratic-republic-congo> . Acesso em 20/10/2025.

International Crisis Group (ICG). Regional Powers Should Drive Diplomacy in DR Congo as M23 Surrounds Goma. 2022. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/great-lakes/democratic-republic-congo/regional-powers-should-drive-diplomacy-dr-congo-m23>. Acesso em 18/4/2025.

_____. Rwanda's Growing Role in the Central African Republic. Briefing 191 / Africa 07 July, 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic-rwanda/b191-rwandas-growing-role-central-african-republic> . Acesso em 20/10/2025.

International Peace Informational Service (IPIS). Mapping the M23's territorial influence in eastern DRC. 2025. Disponível em: <https://ipisresearch.be/home/maps-data/maps-of-drc/mapping-the-m23s-territorial-influence-in-eastern-drc/> . Acesso em 20/10/2025.

LACOSTE, Y. “Éditorial. Les géographes, l'action et le politique”. *Hérodote*, nº 33-34, 2º-3º/1984, p. 3-32.

LEDERER, A. “Incident de frontière au Kivu”, *Civilisations [Online]*, 41 | 1993, Online since 30 July 2009, connection on 02 September 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/civilisations.1730> . Acesso em 20/10/2025.

ONU (Organização das Nações Unidas). Final report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo. 2002, 59 p. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202002%201146.pdf> . Acesso em 20/10/2025.

_____. République Démocratique du Congo, 1993-2003. 2010, 581 p. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/CD/DRC_MAPPING_REPO_RT_FINAL_FR.pdf . Acesso em 9/9/2025 . Acesso em 9/9/2025.



_____. Letter dated 18 October 2011 from the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo addressed to the Chair of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004). 2011, 392 p. Disponível em: <https://www.humanitarianlibrary.org/sites/default/files/2013/07/S-2011-738.pdf>. Acesso em 9/9/2025.

_____. Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. 2019, 150 p. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/final-report-group-experts-democratic-republic-congo-s2019469>. Acesso em 18/4/2025. Acesso em 9/9/2025.

_____. Midterm report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. Dezembro de 2024, 160 p. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n24/373/37/pdf/n2437337.pdf>. Acesso em 18/4/2025. Acesso em 9/9/2025.

_____. United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (Report of the Secretary-General), March 2025. 2025a, 21 p. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/s-2025-176_in_english.pdf. Acesso em 9/9/2025.

_____. United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (Report of the Secretary-General), June 2025. 2025b, 20 p. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/report_unsg-s-2025-403-en.pdf. Acesso em 9/9/2025.

_____. Lettre datée du 3 juillet 2025, adressée au Président du Conseil de sécurité par le Groupe d'experts sur la République démocratique du Congo, July 2025. 2025c, 258 p. Disponível em: <https://docs.un.org/fr/s/2025/446>. Acesso em 9/9/2025.

_____. Report of the OHCHR Fact-Finding Mission on the situation in North and South Kivu Provinces of the Democratic Republic of Congo, September 2025. 2025d, p. 33. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/ffmk-drc/a-hrc-60-80-ouv-en.pdf>. Acesso em 9/9/2025.

POURTIER, R. "Zaire: l'unité compromise d'un 'sous-continent' à la dérive". *Hérodote*, n. 65-66, 2º-3º/1992, p. 266-290.

_____. "Congo-Zaire-Congo : un itinéraire géopolitique au cœur de l'Afrique". *Hérodote*, n. 86-87, 3º-4º/1997, p. 6-41.

_____. "L'Afrique centrale dans la tourmente". *Hérodote*, n. 111, 4º/2003, p. 11-39.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir** - Lyon: ENS Éditions, [1979] 2019, 249 p.



REYNTJENS, F. **The Great African War: Congo and Regional Geopolitics**, 1996–2006. New York: Cambridge University Press, 2009, 339 p.

ROSIÈRE, S. “Géographie politique, géopolitique et geostratégie: distinctions opératoires”. *L’Information géographique*, vol. 65, nº 1, 2001, p. 33-42. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_2001_num_65_1_2732 . Acesso em 15/4/2025.

SILVA, I. C. da. **Congo, a guerra mundial africana**: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. – Porto Alegre: Leitura XXI, 2012, 272 p.

STEARNS, J. K. **From CNDP to M23**: the evolution of an armed movement in Eastern Congo. Londres: Rift Valley Institute | Usalama Project, 2012, 76 p. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/rvi/2012/en/97677> . Acesso em 15/4/2025.

_____. “L’ancrage social des rébellions congolaises”. *Afrique Contemporaine*, 265, 1/2018, p. 11-37. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-afrique-contemporaine1-2018-1-page-11?lang=fr> . Acesso em 18/4/2025.

THE ECONOMIST. “Ugandan intervention in Congo risks stoking ethnic violence”. 24 de julho de 2025.

VIDAL, C. **Situações étnicas no Ruanda**. In: AMSELLE, J. L. & M’BOKOLO, E. (Orgs.). **No centro da etnia**: Etnias, tribalismo e Estado na África. Rio de Janeiro: Vozes, [1985] 2017, p. 29-74.

VIRCOULON, T. “Ituri : résurgence du conflit et échec de la politique de consolidation de la paix”. *Institut français des relations internationales - IFRI*, 2021. Disponível em: <https://www.ifri.org/fr/etudes/ituri-resurgence-du-conflit-et-echec-de-la-politique-de-consolidation-de-la-paix> . Acesso em 18/4/2025.